

ÍNDICE GERAL

PLANO DA EXPOSIÇÃO

INTRODUÇÃO

- | | |
|--|----|
| 1. O acto administrativo no âmbito das relações jurídicas administrativas | 21 |
| 2. Os litígios sobre actos administrativos e as relações jurídicas administrativas | 28 |

PRIMEIRA PARTE

Posições jurídicas dos particulares e relações jurídico-administrativas

- | | |
|--|----|
| § 1º Posições jurídicas substantivas de fundo dos particulares perante a Administração | 39 |
| § 2º Procedimento administrativo e relações jurídico-administrativas | 53 |
| § 3º Posições substantivas de fundo dos particulares e posições jurídicas procedimentais | 69 |
| 1. Posições subjectivas procedimentalmente não conformadas e procedimentos dirigidos à emissão de actos agressivos | 70 |
| 2. Posições subjectivas procedimentalmente conformadas e procedimentos dirigidos à emissão de actos vantajosos | 80 |
| § 4º Conclusão. Indicação de sequência | 89 |

SEGUNDA PARTE

A anulação do acto administrativo

TÍTULO PRIMEIRO

Pretensão anulatória e relações jurídico-administrativas

§ 1º	A pretensão anulatória no contexto das relações jurídico-administrativas	99
	1. Obrigatoriedade do acto anulável e necessidade da sua anulação	99
	2. Momento constitutivo da sentença e pretensão anulatória do impugnante: instrumentalidade da pretensão anulatória e continuidade da defesa da posição jurídica substantiva de fundo	104
§ 2º	Objecto do processo de anulação e extensão objectiva do caso julgado	121

TÍTULO SEGUNDO

Sentido e alcance da anulação do acto administrativo

PRIMEIRO CAPÍTULO

Efeito repristinatório da anulação do acto administrativo

PRIMEIRA SECÇÃO

Efeito constitutivo e repristinatório da anulação

1.	Retroactividade da anulação: sentido e limites	151
2.	Alcance constitutivo e repristinatório da anulação	161

SEGUNDA SECÇÃO

O problema do alcance repristinatório da anulação

1.	O problema do alcance repristinatório da anulação	174
2.	Em particular, o lugar paralelo do efeito repristinatório da anulação administrativa	182
3.	Efeito repristinatório da anulação e mecanismos de prevenção da anulação contenciosa	193

TERCEIRA SECÇÃO

Configuração da repristinação operada pela anulação

SEGUNDO CAPÍTULO

Destino dos actos conexos com o acto anulado e protecção dos beneficiários de boa fé

PRIMEIRA SECÇÃO

Do regime da nulidade dos actos consequentes ao dever de reexame a cargo da Administração: a mudança de paradigma

- | | |
|--|-----|
| 1. Delimitação da categoria dos actos conexos | 248 |
| 2. Rejeição do regime monolítico de nulidade dos actos conexos | 253 |
| 3. Dever de reexame das situações constituídas: a mudança de paradigma | 261 |

SEGUNDA SECÇÃO

Regime de invalidade dos actos conexos

- | | |
|--|-----|
| 1. Invalidade suspensa ou pendente dos actos conexos | 264 |
| 2. Formas de invalidade: casos de nulidade dos actos conexos | 268 |
| 3. Anulabilidade dos actos conexos | 278 |

TERCEIRA SECÇÃO

Remoção administrativa dos actos conexos e salvaguarda da posição dos beneficiários de boa fé

- | | |
|--|-----|
| § 1º Protecção da posição dos beneficiários no plano substantivo | 293 |
| § 2º Protecção da posição dos beneficiários no plano processual | 316 |

TERCEIRA PARTE

Relações jurídicas emergentes da anulação

ENQUADRAMENTO

Apreciação crítica da construção tradicional do dever de executar a sentença de anulação

- | | |
|--|-----|
| 1. Construção tradicional da execução das sentenças de anulação | 339 |
| 2. Reconstrução: <i>execução da sentença e conformação com a anulação</i> | 348 |
| 3. Apreciação crítica: execução da sentença de anulação e posição jurídica do impugnante | 356 |
| 4. Perspectiva adoptada: considerações metodológicas | 365 |
| 5. Quadro preliminar das relações jurídicas emergentes da anulação: indicação de sequência | 370 |

PRIMEIRO CAPÍTULO

Relações jurídicas de conteúdo repristinatório

PRIMEIRA SECÇÃO

Execução do efeito repristinatório da anulação

§ 1º	Execução do efeito repristinatório e reparação de danos: diferenciação conceptual	389
	1. Tutela repristinatória como remoção de consequências (<i>Folgenbeseitigung</i>)	389
	2. Tutela repristinatória e repetição do indevido (<i>Erstattung</i>)	400
§ 2º	Execução do efeito repristinatório e reparação de danos: diferenciação funcional e delimitação concreta	404
	1. Tutela de conteúdo repristinatório e reparação de danos: diferenciação funcional	404
	2. Delimitação do campo de intervenção da tutela de conteúdo repristinatório em relação à reparação de danos	418
§ 3º	Determinação do conteúdo da execução do efeito repristinatório da anulação	429

SEGUNDA SECÇÃO

Fundamento, natureza e alcance dos actos

de execução do efeito repristinatório da anulação

1.	Execução do efeito repristinatório da anulação e substituição do acto anulado	439
2.	Em particular, a <i>reintegração do funcionário</i>	446
3.	O problema dos comandos de execução do efeito repristinatório da anulação	456

SEGUNDO CAPÍTULO

Deveres jurídicos complementares em relação à execução do efeito repristinatório da anulação

1.	Ilustração no domínio paradigmático da relação de emprego público: a reconstituição da carreira do funcionário	486
2.	O direito do funcionário aos vencimentos	500

TERCEIRO CAPÍTULO

Relações jurídicas emergentes da anulação e reexercício do poder por parte da Administração

§ 1º	A renovação do acto anulado no contexto das relações jurídicas emergentes da anulação	516
------	--	-----

1. Ponto prévio: precisões quanto ao conceito de substituição do acto anulado	516
2. Apreciação crítica da construção tradicional sobre a renovação de actos administrativos	522
3. O poder de renovar o acto anulado como limite ao dever de repristinar	532
4. Articulação concreta entre o dever de executar o efeito repristinatório da anulação e o poder de renovar o acto anulado	547
§ 2º Substituição do acto anulado por outro acto administrativo de efeito igual ou equivalente	556

QUARTO CAPÍTULO

Regime de eficácia temporal dos actos administrativos a praticar na sequência da anulação

PRIMEIRA SECÇÃO

Enquadramento: retroactividade e actuação administrativa *reportada ao passado*

SEGUNDA SECÇÃO

Eficácia temporal dos actos subsequentes à anulação

§ 1º Delimitação do campo da análise	581
§ 2º O problema da retroactividade dos actos a praticar na sequência da anulação na doutrina e na jurisprudência portuguesas: apreciação crítica	599
1. A tese da necessária retroactividade dos actos renovatórios e os argumentos em sentido contrário do Supremo Tribunal Administrativo	600
2. Apreciação crítica: o argumento da tutela do impugnante	604
3. Apreciação crítica: o argumento da reintegração da legalidade violada	610
§ 3º Posição adoptada quanto ao problema da retroactividade dos actos a praticar na sequência da anulação	619
§ 4º Regulação de direito positivo da matéria	631

TERCEIRA SECÇÃO

Quadro normativo aplicável aos actos administrativos de cumprimento tardio de deveres

§ 1º Ponto prévio. Natureza substantiva do problema	642
---	-----

§ 2º	Delimitação do dever de a Administração actuar por referência ao passado: o problema geral das superveniências normativas não retroactivas	658
1.	O problema das superveniências normativas não retroactivas em tese geral	658
2.	O problema das superveniências normativas não retroactivas no quadro específico da nossa análise	673
§ 3º	Impossibilidade de actuar por referência ao passado	688

QUINTO CAPÍTULO

Relações jurídicas emergentes da anulação e dever de indemnizar em caso de impossibilidade de cumprir

1.	Conversão do dever de restituir num dever de restituir pelo valor	706
2.	Regime legal de indemnização por <i>causas legítimas de inexecução</i>	709
3.	Fundamento do dever de indemnizar por causas legítimas de inexecução	711
3.1.	O problema e o seu enquadramento tradicional	711
3.2.	Apreciação crítica do enquadramento tradicional	725
3.3.	Posição adoptada	736

BREVES CONCLUSÕES	757
--------------------------	-----

ÍNDICES

Índice Bibliográfico	769
Índice Ideográfico	819
Índice Geral	827